

Do luto à luta: elogio da subversão permanente

Renato Tadeu Veroneze

Assistente Social e Doutor em Serviço Social
pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
E-mail: rtveroneze@hotmail.com

Resumo: Nos últimos anos, temos ouvido clamores de grupos nazifascistas e de uma ultradireita conservadora e reacionária para que haja, no Brasil, a volta dos militares ao poder. A situação caótica e violenta do país, conjugada com os macro-esquemas de corrupção, tem alimentado esses pensamentos em muitas pessoas, com a esperança de que intervenções militares possam dar conta da situação que estamos vivenciando. Desse modo, este artigo pretende contribuir para reavivar a memória do país e para a defesa da importância de punições aos algozes da democracia e dos direitos humanos do ano de 1968. Assim, este pequeno elogio à subversão permanente busca registrar um dos episódios mais marcantes da História deste país: o assassinato do estudante Édson Luís Lima Souto, no Rio de Janeiro, e seus desdobramentos. Não podemos ficar calados diante dos acontecimentos contemporâneos e da “cartilha do medo”, como se nada estivesse acontecendo.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar. Luta Social. Movimento Estudantil.

Introdução

*“O Brasil está de luto. Porém,
como dito em um cartaz, luto é verbo”¹.
(Jorge Luiz Souto Maior)*

A verificação da experiência histórica brasileira está estritamente associada ao sofrimento, ao desrespeito aos direitos humanos e sociais e às demonstrações de violência. A nossa realidade é marcada por ações para superar as injustiças sociais, o crime organizado, as ações truculentas e de barbárie, na maioria das vezes, expressões de violência generalizadas que

envolvem perseguições, assassinatos e torturas, entre outras formas de violência, e que se direcionam às questões de gênero, etnia, orientação sexual, crenças e questões políticas, sociais e culturais, entre tantas outras formas de expressão e identidade.

Recentemente, vimos mais um capítulo dessa história refletida na violência a que foram submetidos professores e professoras da rede pública do município de São Paulo durante as mobilizações de um movimento de greve contra o projeto de lei 621/2016 (PL 621/2016, de iniciativa do Poder Executivo), que



visava limitar os valores dos benefícios previdenciários, prevendo a possibilidade do recebimento, por intermédio de uma entidade da administração indireta, de benefícios complementares, que seriam devidos somente mediante contribuição específica, o que significa rebaixamento da carreira e uma real diminuição de salário na ordem de 3%, conforme nos mostra Jorge Luiz Souto Maior, num comentário no blog da Boitempo, no dia 16/03/2018.

A greve foi tratada como assunto de polícia e de supressão do direito da classe trabalhadora de se manifestar, além de agressões físicas e de violência. Outro fato que marcou o cenário nacional e internacional, causando muitas manifestações de indignação, também relatado pelo juiz do trabalho e professor livre-docente da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), foi o brutal assassinato da Vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, na cidade do Rio de Janeiro. Marielle, lutadora incansável na luta pelos direitos humanos “dos pretos, po-

bres e favelados”, foi alvo de execução em razão dos seus posicionamentos políticos. Fatos como esses se juntam diariamente nesses tempos sombrios em que estamos vivendo (SOUTO MAIOR, 2018).

Além do mais, ultimamente temos ouvido, quase que diariamente, clamores de grupos nazifascistas e de uma ultradireita conservadora e reacionária para que haja no Brasil a volta dos militares ao poder. A situação caótica e violenta do país, conjugada com os macro-esquemas de corrupção, tem alimentado esses pensamentos em muitas pessoas, com a esperança de que intervenções militares possam dar conta da situação a qual presenciamos cotidianamente.

Tal situação requer recuperar e dar visibilidade às histórias vividas pelos sujeitos políticos brasileiros que viveram os anos de chumbo do período da ditadura civil-militar no país, em especial àqueles que de alguma forma estiveram envolvidos na luta de resistência contra os horrores da ditadura e que estavam ligados ao movimento operário e estudantil da-

quela época. Recuperar a história dos anos de 1960 e 1970 é um ato de respeito e uma profunda reverência à resistência e às narrativas subtraídas da memória nacional.

Trazer para as novas gerações a história de um período de terror vivido no país busca, de certa forma, denunciar e contribuir para o enfrentamento da banalização da violência e da truculência que, por vezes, se ouve e se toma conhecimento hoje em dia e que se assemelha aos “anos de chumbo”. Não somente no Brasil, mas também em países vizinhos, muitas vidas foram ceifadas, projetos de vida foram interrompidos e sonhos foram esquecidos, deixando cicatrizes profundas em familiares que sofreram com o sumiço e a tortura aos seus entes queridos (CFESS, 2017).

Assim, o ano de 1968 foi um ano emblemático no que diz respeito à contestação popular nas ruas, na construção de uma cultura de esquerda e no protagonismo da juventude universitária na rebeldia que mesclava uma complexa e problemática explosão contestatória, tendências artísticas, mudanças culturais, posturas filosóficas, lutas sociais e oposição e resistência política (NETTO, 2014).

Desse modo, este artigo pretende contribuir para a memória do país e para a defesa da importância de punições aos algozes da democracia e dos direitos humanos. Tratamos aqui de expor alguns dos fatos mais relevantes que compuseram o cenário nacional do ano de 1968, além de registrar a história dos sujeitos políticos que vivenciaram tais acontecimentos.

O luto que se torna luta

O reconhecimento da importância das lutas por resistência não implica somente em registrar os fatos, os acontecimentos e a memória dos sujeitos sociais envolvidos, mas sim evidenciar a resistência e a luta coletiva contra a violência e a violação de direitos humanos e sociais.

Desse modo, surge a necessidade de analisar, conhecer e registrar fatos, acontecimentos, atitudes, valores e particularidades que alimentaram a consciência coletiva na formação de resistência à truculência militar no ano de 1968, sobretudo nos acontecimentos que espalhavam o terror, o medo e a insegurança

àqueles que buscavam seus direitos, melhores condições para a vida em sociedade e liberdade.

De modo geral, segundo (NETTO, 2014), não é possível compreender o golpe de 1964 sem referenciá-lo à conjuntura mundial e sem compreender o movimento de contestação que se formou em 1968, além do que se passava fora de nossas fronteiras. As profundas marcas desse ano emblemático reverberaram até os dias atuais, quando a truculência policial-militar recai sobre as manifestações e movimentos sociais contestatórios, sem falar, ainda, dos vários episódios de violência que as classes subalternas e as minorias têm sido vítimas diariamente.

Hoje, é reconhecido que toda a atualidade cultural, desde a ecologia ao individualismo, começou a brotar em 1968. Nas palavras de Morin, citado por Ventura (1988, p. 13), seriam necessários anos e anos para se entender o que se passou naquele ano. Certamente, nenhuma geração lutou tão radicalmente por um projeto ou por uma utopia radical (possibilidade histórica) de mudança como aquela. Contudo, “[...] uma geração não é feita de idades e, sim, de afinidades” (idem, p. 15). Unir forças “revolucionárias” a fim de lutar contra a ditadura civil-militar naquele ano era também lutar contra o imperialismo capitalista norte-americano. Acreditava-se que derrubar um era, de certa forma, atingir o outro; e nada melhor para este fim que aglutinar forças entre a esquerda tradicional, os intelectuais, os operários, os estudantes e a chamada “burguesia nacional”, que, segundo Ventura (1988, p. 19), por ser nacional, seria naturalmente anti-imperialista.

A situação política e social daquele período estava carregada por problemas, como o arrocho salarial, os sindicatos sob intervenção militar, uma insuportável inflação de 40% ao ano, o avanço do cerceamento da liberdade, a opressão e a tortura, o movimento estudantil e os movimentos de esquerda colocados na marginalidade e na clandestinidade; enfim, fatores que levaram a um clima de efervescência político-social em todo o território nacional nos anos de chumbo da ditadura civil-militar no Brasil.

Desse modo, surge a necessidade de analisar esses acontecimentos do ponto de vista teórico e empírico, para dar visibilidade àqueles que tiveram seus direitos violados pela ditadura civil-militar, a fim de

contribuir para o registro da memória do país e para a defesa da importância de punição aos algozes da democracia e dos direitos humanos e sociais.

Ao analisar, de maneira geral, os acontecimentos do ano de 1968 no Brasil, percebemos que esse ano foi muito simbólico, com muitas rebeliões de jovens, marcadas por um sentimento e uma vontade de transformação libertários e revolucionários.

Essas rebeliões se espalharam pelo mundo, em especial nos Estados Unidos e na França, onde os estudantes tomaram as ruas, demonstrando sua insatisfação política, econômica, social e cultural. Na França, por exemplo, esses movimentos colocaram no cenário da História uma Comuna de Paris – desta vez, não protagonizada pelos operários, mas pelos estudantes –, que, subitamente, paralisou o Estado (MATOS, 1998).

Filhos da burguesia, esses agentes históricos criaram um movimento de “recreação” fora dos quadros políticos tradicionais. O Movimento de Maio de 1968 francês nasceu da surpresa e viveu dela, da impossibilidade de ser circunscrito pelo poder às categorias políticas, sociais e culturais conhecidas, que tentavam esgarçá-lo. 1968 foi o ano que determinou uma transformação das ideias sobre a teoria e a revolução (MATOS, 1998).

O estopim dessas rebeliões começou na Universidade de Nanterre, um *campus* localizado nas proximidades de Paris. Inspirados pelos referenciais teóricos de cariz marxista, principalmente Herbert Marcuse, mas não somente, os estudantes encontraram um porta-voz de seus descontentamentos na pessoa de um trotskista chamado Daniel Cohn-Bendit. Ruidosos protestos contra a política norte-americana no Vietnã passaram a fazer parte da vida estudantil daqueles jovens. Depois da detenção de um estudante, irromperam tumultos e as autoridades fecharam o *campus*. Em apoio aos colegas de Nanterre, os estudantes da Sorbone, no centro de Paris, invadiram as ruas. No dia 3 de maio de 1968, as manifestações se acirraram e a polícia de choque foi acionada. Os policiais usaram de cassetetes e gás lacrimogênio, provocando lesões em cerca de 500 estudantes (MATOS, 1998; QUATTROCCHI; NAIRN, 1998).

Tem início, assim, um período de grande tumulto, protestos, violência e espancamentos de estudantes,

entre outras truculências. Com o agravamento da situação, a classe operária se juntou aos estudantes franceses, enraivecida pelos baixos salários, pelo desemprego crescente e pela falta de voz ativa quanto às condições de trabalho, convocando greve geral para secundar as exigências. Os protestos dos estudantes, além de outros motivos, eram pela alocação de recursos para as universidades e promessas de reformas por parte do governo francês (MATOS, 1998; QUATTROCCHI; NAIRN, 1998).

No Brasil, a situação diverge um pouco do caso francês, mas o nível de violência por parte das forças de segurança pública não difere do de Paris e de outras partes do mundo, onde os protestos também aconteceram. Desde 1967, o movimento estudantil já havia se caracterizado como a maior força de oposição contra o regime civil-militar que vigorava no país desde o golpe de 1964. No início de 1968, inúmeras manifestações – praticamente todas elas reprimidas pela violência policial – mostravam seu descontentamento, não apenas contra a ditadura que se instaurara no país, mas também com a política educacional executada pelo governo da época.

O estopim dessas rebeliões começou na Universidade de Nanterre, um *campus* localizado nas proximidades de Paris. Inspirados pelos referenciais teóricos de cariz marxista, principalmente Herbert Marcuse, mas não somente, os estudantes encontraram um porta-voz de seus descontentamentos na pessoa de um trotskista chamado Daniel Cohn-Bendit. Ruidosos protestos contra a política norte-americana no Vietnã passaram a fazer parte da vida estudantil daqueles jovens.

O Estado, que já mostrava uma tendência à privatização, favorecia, sobremaneira, a implantação do ensino privado e transformava parte do sistema educacional em formação de mão de obra especializada para atender às necessidades de empresas capitalistas, principalmente as norte-americanas. O Estado republicano brasileiro se constituiu, desde a revolução política antiescravista de 1888-1891, em um Estado burguês, ou seja, em um Estado capitalista, de modo que desempenha, desde então, a função-limite de frustrar, mediante o exercício da força, a revolução social anticapitalista.

Segundo Saes (1990, p. 67), “[...] a força, quando deixa de ser aplicada por tais Estados, é pelo menos ostentada e exibida, produzindo desse modo efeitos intimidatórios sobre as forças potencialmente revolucionárias”.

O mesmo autor aponta que:

[...] nas formações sociais capitalistas, as classes dominantes ou frações de classes dominantes são permanentemente unificadas pelo objetivo de frustrar a revolução social. [...] Pois todas as partes de conflito objetivam incessantemente *aumentar* a sua parte na repartição da mais-valia total. [Assim], não pode haver, nas formações sociais capitalistas, “partilha igualitária do poder”. As diferentes classes e frações exploram o trabalho de outrem e exercem conjuntamente o poder político sobre as classes exploradas (idem, p. 68).

O Estado pós-1964, de certa forma, buscava implementar ações políticas que favorecessem o desenvolvimento capitalista, a industrialização (capitalista) ou o progresso da indústria (nos quadros do capitalismo). O golpe civil-militar de 1964 buscava abrir caminho para fortalecer a hegemonia da burguesia capitalista, redefinindo as ações políticas na direção de favorecer o capital estrangeiro em detrimento do capital nacional.

A primeira tática adotada foi promover pequenos e rápidos comícios, que ficaram conhecidos como “comícios-relâmpagos”, com o objetivo de mostrar à população que os estudantes estavam buscando se mobilizar em forma de movimento, mesmo com a extinção de suas organizações representativas em 1967, porém, buscavam evitar o confronto direto com as forças de segurança nacional.

Conjuntamente a esses fatores, o sistema educacional estava sendo tratado da mesma forma. O governo civil-militar começou a implementar uma reforma universitária que abria o sistema educacional, principalmente o superior, priorizando a privatização do ensino, procurando privilegiar uma estrutura seletiva, acadêmica e social, além de direcionar o ensino para a formação de mão de obra industrial, se organizando por meio de empresas educacionais.

Em 1967-1968, os estudantes protestavam contra a ampla reforma universitária promovida por um acordo entre o Ministério da Educação e a United States Agency for International Development (USAID). Esses acordos foram assinados em 1966 entre o Ministério da Educação e Cultura e a USAID e tinham como objetivo uma completa reforma do sistema universitário brasileiro, com a finalidade de privatizar o ensino no país. Ainda, a reforma universitária seria efetuada sob a direção e coordenação de comissões de planejamento criadas nos termos do acordo. Essas comissões compunham-se basicamente de técnicos norte-americanos e estabeleciam diretrizes para toda a política educacional, a educação agrícola e a publicação de livros-textos, o que transformaria completamente o sistema universitário brasileiro, aproximando-o do modelo norte-americano (MOREIRA, 1989).

Os estudantes, descontentes com essas medidas, começaram a realizar manifestações para denunciar e combater a subordinação brasileira diante da influência capitalista do imperialismo norte-americano. O governo, por sua vez, tentava reprimir os protestos e manter a ordem, na maioria das vezes com violência. Os estudantes ganharam impulso na resistência a partir do momento em que começaram as demissões de professores e as restrições impostas à autonomia universitária e sua própria organização.

A primeira tática adotada foi promover pequenos e rápidos comícios, que ficaram conhecidos como “comícios-relâmpagos”, com o objetivo de mostrar à população que os estudantes estavam buscando se mobilizar em forma de movimento, mesmo com a extinção de suas organizações representativas em 1967, porém, buscavam evitar o confronto direto com as forças de segurança nacional.

À medida que aumentava o número de militantes, o movimento estudantil alterou suas táticas de organização, passando a preparar grandes passeatas nas ruas dos principais centros urbanos do país, especialmente no Rio de Janeiro. Para Moreira (1989), o objetivo era obter maior apoio de camadas amplas da população, em especial, as classes mais abastadas e os trabalhadores de escritório.

A repressão a essas manifestações atingiu seu ponto extremo quando a polícia militar invadiu o Res-

taurante Universitário Calabouço durante um protesto contra a ditadura, no centro do Rio de Janeiro, e causou a morte do estudante Édson Luís Lima Souto.

Essa manifestação pretendia melhorar a qualidade da alimentação fornecida aos estudantes mais pobres no Restaurante Calabouço, que passara a ser gerido por uma empresa privada. Com a deterioração da qualidade da comida e o aumento dos preços, os estudantes começaram a protestar. Tentaram negociar melhorias, solicitando audiências às autoridades, mas nada foi feito. Contudo, no dia 28 de março de 1968, durante uma demonstração teatral no local, um batalhão da Polícia Militar chegou e começou a disparar tiros de metralhadoras sobre os estudantes. Edson Luís, secundarista de 16 anos, foi atingido por um disparo e morreu instantaneamente (MOREIRA, 1989).

A morte do garoto catalisou a indignação popular reprimida e resultou em demonstrações de massa que assumiram proporções de verdadeira rebelião social. Zuenir Ventura (1988) registra todos os acontecimentos, com riqueza de detalhes, sobre este período, expondo que, diante dessa brutalidade, o movimento estudantil, mesmo na clandestinidade, reagiu a toda a repressão que estava sofrendo, numa luta constante contra a ditadura civil-militar e pela subversão permanente.

Maria Ribeiro do Valle (1999) também revisita os principais episódios da intensa luta política travada no Brasil em 1968 entre o movimento estudantil e a ditadura civil-militar, dos quais a interpretação dos fins, sentidos e desfecho dos conflitos emergem do próprio relato das pessoas envolvidas e de uma documentação histórica inédita até então.

José Paulo Netto (2014) dedica páginas para expor o momento de contestação, cultura e a ação da esquerda diante dos episódios que se desenvolveram nesse período. O autor nos mostra que esse protagonismo de uma juventude universitária em rebeldia mesclou, por meio de uma complexa e problemática explosão contestatória, tendências artísticas, mudanças culturais, posturas filosóficas, lutas sociais e posições políticas muito diferentes.

Na sequência dos acontecimentos, os estudantes levaram o corpo de Édson Luís para a Santa Casa de Misericórdia, ao lado do Restaurante Calabouço,

para evitar que a política sequestrasse o corpo. Confirmada a morte do rapaz, ergueram o cadáver nos braços e dirigiram-se ao prédio da Assembleia Legislativa, onde estava havendo uma sessão. A sessão foi suspensa e todos os deputados se dirigiram ao *hall* de entrada, onde o tumulto acontecia. Depois de demoradas e custosas negociações envolvendo os estudantes, as autoridades estaduais e federais, obteve-se um acordo. Às duas e trinta da madrugada, finalmente o corpo deixava o ambulatório, autopsiado e já dentro do caixão. Naquela noite, a Assembleia Legislativa, hoje Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, tornou-se um local de peregrinação. A Cinelândia, aos poucos, foi ficando lotada, passando pelo velório uma imensidão de pessoas, entre elas artistas, políticos, lideranças, estudantes, professores e intelectuais (VENTURA, 1988).

[...] Duas horas antes do enterro, a Cinelândia já estava totalmente ocupada. As faixas, cartazes e *slogans* eram exibidos ou gritados: “Bala mata a fome?”, “Os velhos no poder, os jovens no caixão”. Uma palavra de ordem se destacava pelo irresistível apelo: “Mataram um estudante. E se fosse um filho seu?” (idem, p. 102).

A repressão a essas manifestações atingiu seu ponto extremo quando a polícia militar invadiu o Restaurante Universitário Calabouço durante um protesto contra a ditadura, no centro do Rio de Janeiro, e causou a morte do estudante Édson Luís Lima Souto.

O substantivo “luto” tornou-se verbo conjugado na primeira pessoa do singular. A cidade e o país se comoveram e protestaram contra a morte brutal do garoto. O céu escurecia, a noite chegava; logo as luzes iriam ascender, porém, inexplicavelmente, a cidade ficou às escuras no trecho onde o enterro ia passar. Veículos, lanternas, velas e archotes passaram a iluminar o cortejo que reuniu uma multidão, assemelhada ao enterro de Getúlio Vargas.

[...] Juntamente com a emoção que tomou conta das pessoas, estudantes ou não, uma retórica fúnebre dominou a imprensa no dia seguinte. Um jornalista escreveu: “Édson Luís e a homenagem que o povo brasileiro

costuma consagrar aos seus heróis populares: o Hino Nacional. Sua mortalha foi a bandeira brasileira”. Outro foi mais longe: “O luto e o repúdio à violência surgiram nas faixas negras. O amor, a solidariedade e a saudade estavam nas pétalas de rosas que caíam do alto dos edifícios”. Um terceiro garantia: “Desde o sepultamento de Getúlio Vargas, não houve no Brasil homenagem póstuma dessa grandeza” (idem, p. 103).

Longe de ser um líder, Édson Luís era, como muitos de seus colegas, um daqueles jovens que vinham do interior tentar estudar no Rio de Janeiro e que sobreviviam graças à alimentação barata do Restaurante Calabouço. Porém, para estudar, o garoto era obrigado a recorrer a pequenos expedientes, inclusive de limpeza do restaurante. Ele não tinha nenhuma inspiração em se tornar um líder mítico, herói ou mártir, mas acabou sendo o representante das camadas mais pobres e dos anônimos da sociedade brasileira e da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço que estavam mergulhados nos episódios de violência que iriam se desenrolar a partir de então. A repercussão desse acontecimento estava apenas começando.

A cidade do Rio de Janeiro foi tomada por um clima de apreensão e por um estado de guerra entre os estudantes, principalmente, e as forças militares repressivas. Novos acontecimentos marcaram, dias depois, a celebração da missa de sétimo dia na Igreja da Candelária, presidida pelo Vigário-Geral Dom José Alberto de Castro Pinto (na época, Bispo-Auxiliar do Rio de Janeiro).

A cidade do Rio de Janeiro foi tomada por um clima de apreensão e por um estado de guerra entre os estudantes, principalmente, e as forças militares repressivas. Novos acontecimentos marcaram, dias depois, a celebração da missa de sétimo dia na Igreja da Candelária, presidida pelo Vigário-Geral Dom José Alberto de Castro Pinto (na época, Bispo-Auxiliar do Rio de Janeiro). Na madrugada do dia que antecedia a realização da missa, Dom José Alberto se reuniu com o deputado Márcio Moreira Alves, o advogado Marcelo Alencar e as lideranças estudantis, num lugar secreto, para tomarem as precauções para que nenhum incidente pudesse ocorrer durante e de-

pois das cerimônias religiosas. Porém, apesar desses esforços, os acontecimentos que se desenrolaram foram traumáticos.

Instantes antes do início das celebrações, a Candelária foi cercada pela cavalaria nacional, para impedir que as missas fossem realizadas. O Jornal do Brasil, na edição de 5 de abril de 1968, noticiou que o primeiro a chegar na Igreja da Candelária foi Dom José Alberto de Castro Pinto, acompanhado por algumas pessoas da Cúria. Imediatamente, ele procurou o oficial que comandava o Corpo de Fuzileiros Navais, que liderava a interdição na Praça Pio X. Depois de conversar com os soldados da Polícia Militar, Dom José Alberto e seus acompanhantes tiveram permissão para entrar na igreja e realizar as cerimônias em homenagem ao estudante Édson Luís. Até então, não se acreditava na possibilidade de realização da missa, mas estudantes e populares não se afastaram do local.

Cerca de 100 fuzileiros navais policiavam a Praça Pio X e proximidades. O objetivo era evitar o trânsito de automóveis que viessem das avenidas próximas e não permitir a concentração de estudantes naquele local. Os agentes do DOPS passavam em suas caminhonetes e auxiliavam na dispersão de grupos de estudantes. Ao sinal de qualquer manifestação, os estudantes eram presos e espancados. Mais tarde, a Polícia Militar foi acionada e passou a fazer o patrulhamento, prendendo os estudantes exaltados e dispersando os grupos que começavam a se juntar.

No meio dessas confusões, os padres que iriam concelebrar a missa de sétimo dia começaram a chegar e pediam aos policiais que os jovens pudessem entrar no templo, mas a entrada dos estudantes não foi calma e conflitos entre eles e os policiais deixaram a situação muito tensa. Bombas de gás lacrimogênio foram lançadas para acalmar os ânimos dos mais exaltados. A essa altura, quatro aviões da FAB sobrevoavam o local e, pouco depois, o major Danilo, da PM, dava ordens para que os policiais invadissem todos os prédios das redondezas para desocupar os terraços.

Ao final da missa, o clima repressivo acirrou. Mesmo sem ver, Dom José Alberto e os quinze concelebrantes podiam imaginar o que se armara ao redor da igreja. Dom José enfrentava, naquele tempo, uma tríplice oposição: os estudantes desconfiavam de seus

esforços a favor do diálogo, alegando que ele estava fazendo o jogo das autoridades; estas, por sua vez, suspeitavam que o bispo estava fazendo o jogo dos estudantes; e a parte progressiva do clero o rejeitava por sua moderação. Contudo, o objetivo do bispo era fazer justiça, sendo capaz de ações e gestos surpreendentes (VENTURA, 1988).

Ventura (1988) relata que ele enfrentou o General Sizen Sarmento pelo telefone para a não realização das cerimônias fúnebres. O mesmo já proibira, no dia anterior, que a missa fosse realizada em praça pública. Mas o general recuou diante de sua autoridade eclesiástica e o bispo, então, realizou as cerimônias.

Ao final da missa, os jovens foram surpreendidos nas portas da Igreja da Candelária pela cavalaria, que cercara o local. Vendo que iria haver repressão e pancadaria, os padres deram as mãos e organizaram um cordão de isolamento para que a multidão pudesse sair da igreja. À frente, seguiu Dom José Alberto; todos ainda paramentados. Ele mesmo relatou que “[...] nos seus quase 200 anos, a Igreja de Nossa Senhora da Candelária assistira, desde que inaugurada por D. João VI, a memoráveis cerimônias (como lembrara Castro Pinto), mas nenhuma tão tensa e dramática quanto aquela procissão” (idem, p. 121).

[...] No instante em que os últimos fiéis deixavam a missa ontem cedo, na Candelária, as portas da igreja foram fechadas e um esquadrão da cavalaria, a galope, imprensou o povo contra o templo. A partir de então, ninguém mais se entendeu: houve correria, espancamentos e prisões, inclusive de um fotógrafo do Jornal do Brasil. Mulheres, velhos e crianças corriam em todas as direções e os cavalarianos desembainhavam as espadas, enquanto outros usavam cassetetes. Todo o dispositivo policial montado na Candelária foi acionado e começou a espancar os populares. Os cavalarianos atiravam seus animais sobre a multidão [...] (MOREIRA, 1989, p. 118).

Diante desse fato, é imperioso reconhecer que o sentimento de indignação e de recusa às expressões de violência e às injustiças sociais, as manifestações, as mobilizações e os movimentos sociais, que em sua grande maioria são representados por pessoas comuns e cidadãos de direitos, podem ser tratados com crueldade criada e dirigida por poderes e poderosos à margem da institucionalidade do Estado Democrático de Direito, alimentando as forças reacionárias, estimulando a barbárie e fazendo vítimas em todas as classes sociais, conforme comenta Jorge Luiz Souto Maior (2018).



Os fatos aqui relatados criaram um sentimento de indignação no território nacional naquele ano e aglutinaram forças revolucionárias para enfrentarem os poderes constituídos, as forças militares e o terror da ditadura civil-militar que se firmou por vinte anos no Brasil. Os desdobramentos desses episódios tornaram não só o Rio de Janeiro, mas todo o país, num verdadeiro estado de exceção e violência. Perseguições, prisões, torturas e mortes fizeram parte do cotidiano de muitas pessoas que viveram e ainda vivem com a marca da dor e do sofrimento.

Por isso, recuperar e dar visibilidade às histórias vividas pelos sujeitos políticos no contexto sombrio da ditadura civil-militar é um ato de profundo respeito e reverência às histórias de luta e resistência, num apelo incansável pela subversão permanente.

O movimento estudantil e as manifestações de massas

A partir desses acontecimentos, o Movimento Estudantil ganhou impulso na resistência e na luta contra os terrores da ditadura civil-militar. Passaram, então, a organizar estruturas representativas, de certa forma clandestinas e em nível nacional, estadual e local, apesar das constantes perseguições das forças militares. Os encontros, em sua maioria, eram realizados na clandestinidade, contudo, mobilizavam cada vez mais estudantes, professores, intelectuais e artistas, entre outros. Atacavam as injustiças, particularmente as mais gritantes, das universidades brasileiras. Na maioria das vezes, os estudantes entravam em choque com a polícia, saindo vários feridos, presos ou mortos.

Segundo Moreira (1989, p. 117-118), “[...] a morte do estudante também arrancou uma resposta emocional do resto da população, criando um clima de tensão e protestos na cidade do Rio de Janeiro. As circunstâncias de sua morte e a brutalidade da polícia foram objeto da ampla atenção da imprensa, levantando sérias questões sobre o processo oficial de liberalização em andamento”.

Outros setores da população, mobilizados pelo Movimento Sindical e pela Frente Ampla, juntaram-se aos protestos iniciais, intensificando as manifestações. No dia 26 de junho de 1968, uma grande

passada foi organizada, sob a liderança estudantil de Vladimir Palmeira, dessa vez pacífica, no centro do Rio de Janeiro. Esta passada ficou conhecida como a “Passada dos Cem Mil”. Nela, os estudantes se manifestavam pacificamente, quando foram atacados pela Polícia Militar. Trabalhadores de escritórios e da construção civil que testemunharam os ataques foram em auxílio dos estudantes, instaurando, assim, uma verdadeira batalha de rua. Em consequência dos protestos populares contra a violência aos estudantes desarmados, a Polícia Militar retirou-se das ruas para que a passada pudesse dar prosseguimento (MOREIRA, 1989).

Na ocasião, formou-se uma comissão especial de representantes dos grupos de oposição para negociar com o governo federal, mas essas negociações logo chegariam a um impasse.

[...] A própria composição da “Comissão dos Cem Mil” evidencia a natureza da aliança oposicionista: um representante de setores profissionais, dois representantes dos estudantes, um do Movimento das Mães pela Anistia e um padre representando a Igreja Católica. Tratava-se de uma comissão de negociação representando as classes médias no poder e enfrentando a polícia nas ruas. O Estado de Segurança Nacional ficou mais isolado da sociedade civil; começava a fechar-se o círculo do poder (idem, p. 119).

Essa comissão foi recebida por Costa e Silva, mas nada concedeu. Ao contrário: logo em seguida, o cerco às manifestações estudantis foi se acirrando, jovens lideranças foram presas e os agentes do DOPS fizeram arrastões não só no Rio de Janeiro, mas também em outros estados do território nacional.

[...] De fato, a contestação estava nas ruas. E não envolvia apenas estudantes e camadas médias: no 1º de Maio, na capital paulista, na Praça da Sé, um comício de comemoração do Dia dos Trabalhadores, organizado pelo aval do governador (“eleito” indiretamente) Abreu Sodré, terminara com milhares de participantes vaiando as autoridades presentes, impedindo o governador de fazer uso da palavra e convertendo-se numa passada que saiu da praça e percorreu as principais ruas do centro com palavras de ordem desafiadoras à ditadura (NETTO, 2014, p. 130).

Costa e Silva negou até mesmo atender à reivindicação dos estudantes de reabertura do Restaurante Calabouço. Diante dessa situação, os estudantes resolvem, então, voltar às ruas. Frente à proibição das manifestações pelo Ministro da Justiça Gama e Silva, os estudantes respondem que “[...] as passeatas são feitas quando necessárias e não quando permitidas, pois, dessa forma, está se aprendendo que só se consegue alguma coisa quando se vai às ruas” (RIBEIRO DO VALLE, 1999, p. 120).

O sentimento de luto transmutado num elogio à subversão permanente: fecharam aquele semestre com a morte do estudante Manoel Rodrigues Ferreira, baleado pela Polícia Militar, no dia 29 de agosto. Outro estudante foi atingido com um tiro na cabeça, dado pela polícia que invadiu a Universidade de Brasília, entre outras mortes. Os últimos episódios desse semestre refletem diariamente na dinâmica dos acontecimentos políticos até o final do ano de 1968. O Brasil iria assistir a verdadeiras cenas de guerra civil, onde ficou difícil identificar agressores e agredidos.

O saldo final do ano não poderia ser mais nefasto. Dessa vez, o cenário dos acontecimentos estava sendo preparado na clandestinidade por centenas de estudantes e lideranças estudantis. O palco dos acontecimentos foi um sítio localizado nas imediações do município paulista de Ibiúna, quando, na manhã do dia 12 de outubro de 1968, as forças policiais invadiram o local, prendendo inúmeros estudantes e pondo fim ao XXX Congresso da UNE.

Depois disso, a situação começou a ficar mais tensa ainda, contudo, o espaço deste artigo não nos permite estender mais nossas análises. Fica evidente como a repressão e a violência se instaurou no cenário nacional e como os estudantes conseguiram enfrentar o acirramento da situação. Muitas vidas foram ceifadas, muitos sonhos foram interrompidos, muitas famílias ficaram órfãs de pai e mãe ou de filhos e filhas, muitas cicatrizes foram deixadas nos corpos e nas almas desses sujeitos políticos que estiveram presentes nesses acontecimentos.

Tornar públicas as memórias daqueles que tiveram seus direitos violados na e pela ditadura civil-militar é um reverência àqueles que lutaram bravamente e que enfrentaram a violência que imperou naquele período. Trazer para as novas gerações o relato desses

momentos de terror vividos no país não é apenas um ato de registrar as memórias, mas sim de denunciar e contribuir para o enfrentamento da banalização da violência do Estado, conforme temos visto nos dias atuais, e o perigo eminente de, mais uma vez, o país sofrer com a “cartilha do medo”¹.

Considerações finais

Ao mergulhar nesse universo de tamanha violência, nos reportamos às análises desenvolvidas em nossa tese de doutoramento quando analisamos as “necessidades radicais”, ou seja, todas aquelas necessidades que nascem na sociedade capitalista como consequência do desenvolvimento da sociedade civil e que não podem ser satisfeitas dentro dos limites da mesma, o que implica em fatores que possam levar à superação do capitalismo e, ainda, a criar possibilidades para a sua superação. Tais análises foram

Ao mergulhar nesse universo de tamanha violência, nos reportamos às análises desenvolvidas em nossa tese de doutoramento quando analisamos as “necessidades radicais”, ou seja, todas aquelas necessidades que nascem na sociedade capitalista como consequência do desenvolvimento da sociedade civil e que não podem ser satisfeitas dentro dos limites da mesma, o que implica em fatores que possam levar à superação do capitalismo e, ainda, a criar possibilidades para a sua superação.

realizadas sobre a ótica de Agnes Heller, filósofa húngara que percebeu nas revoltas estudantis ocidentais, principalmente as de 1968 na Europa, que era naquele movimento que estava a “[...] expressão concreta de uma crítica que, desde o nível da política e da economia, conseguia penetrar no interior do modo de vida burguês” (ROVATTI, 1986). Para ela, esses momentos tornaram-se historicamente visíveis, tanto na vida cotidiana, quanto nas relações sociais.

Através de uma análise teórico-conceitual, em nossa tese de doutoramento, embasada pelo legado marxiano e pela tradição marxista, partimos da hipótese de que só será possível a demolição das barreiras

existentes da ordem metabólica do capital através da organização da sociedade civil enquanto sujeito revolucionário. Somente assim é que se realizarão as mudanças socialmente revolucionárias. É nessa direção que Agnes Heller aponta para um novo sujeito coletivo revolucionário: a sociedade civil organizada.

Assim, nos propomos a revisitar, recuperar e dar visibilidade às histórias vividas pelos sujeitos políticos que de algum modo estiveram envolvidos nos acontecimentos do ano de 1968 no Brasil, mesmo que sucintamente, por meio de alguns episódios que marcaram a História nacional e podem contribuir significativamente para nos incorporar na luta coletiva de resistência à ditadura civil-militar, principalmente quando o substantivo “luto” passa a verbo conjugado na primeira pessoa do singular, conforme temos visto nos dias atuais.

A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o Ensino Superior Privado no Brasil representaram o estopim para as manifestações estudantis daquele ano e trouxeram profundas consequências, tanto no sistema educacional, como no rumo que a situação política, social e cultural estava tomando.

A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o Ensino Superior Privado no Brasil representaram o estopim para as manifestações estudantis daquele ano e trouxeram profundas consequências, tanto no sistema educacional, como no rumo que a situação política, social e cultural estava tomando. Esta reforma visava fundamentalmente à modernização do ensino público no país e à expansão das instituições universitárias privadas, muitas delas com forte influência do modelo norte-americano e de mercantilização do ensino, além de reduzir a autonomia das universidades e de direcionar o ensino para a formação de mão de obra industrial e capitalista para favorecer a expansão das indústrias e empresas estrangeiras.

Com relação aos dispositivos repressivos, vale mencionar o Decreto nº 4.464/64, que extinguiu a União Nacional dos Estudantes (UNE); o Decreto nº 228/67, que limitou a existência de organizações estudantis ao âmbito estrito de cada universidade; e

o Decreto 477/69, que impôs severas punições aos estudantes, professores ou funcionários que praticassem atividades subversivas e hostis ao regime civil-militar, além de aposentar compulsoriamente professores considerados nocivos ao regime e implantar um sistema de fiscalização das atividades políticas de professores e estudantes, entre outras medidas repressivas (SANFELICE, 2017; FÁVERO, 1995).

Tal situação tem sido vivenciada cotidianamente por estudantes, professores, intelectuais, manifestantes e integrantes dos movimentos estudantis ou por aqueles que lutam para defender as minorias contra os abusos do poder que se manifestam através da violência e do desrespeito aos direitos humanos e sociais nos dias atuais. A hostilidade e perseguição – muitas vezes de forma velada, outras vezes de forma abertamente visível – têm demonstrado que os processos repressivos, de imposição do poder de dominação da classe dominante, perseguições, torturas e assédios morais e assassinatos, entre outras expressões de violência, ainda fazem parte do nosso cotidiano e estão cada vez mais presentes, principalmente contra mulheres, negros, homossexuais, transexuais, moradores da periferia, integrantes de cultos afro-brasileiros, lideranças e pessoas comuns que são brutalmente assassinadas ou violentadas física e integralmente ou, ainda, têm seus direitos violados.

Não podemos deixar impunes os algozes da liberdade, da justiça e da democracia. A luta por justiça e pela democracia neste país tem que sair da obscuridade para ocupar as ruas e os espaços públicos com o objetivo de um projeto de sociedade justa, solidária e libertária, diferente do modelo que está aí.

É nossa obrigação ética e moral mostrar ao mundo que estamos comprometidos com a história das lutas sociais das classes subalternas e trabalhadoras, conclamando justiça social, democracia e liberdade, organizando e aglutinando forças contra qualquer arbítrio, preconceito, discriminação, violência e desrespeito aos direitos humanos e sociais.

Por isso e muito mais, é importante proclamar: proletários, estudantes, professores, intelectuais, trabalhadores, sindicalistas, camponeses, homens e mulheres, de todas as etnias, credos, expressão sexual e social, povo em geral, uni-vos e vamos do “luto” à luta! **US**

nota

1. Referência a uma fala de um policial no momento da prisão de um estudante no Rio de Janeiro em 1968, quando o mesmo se referiu que era por meio da cartilha que as forças militares iriam impor como aqueles jovens estudantes iriam aprender a partir de então.

CFESS. **Serviço Social, Memórias e Resistências Contra a Ditadura** - depoimentos. Brasília: CFESS, 2017. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Livro-MemoriaseResistenciasContraDitadura.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. **A UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: URFJ, 1995.

MATOS, Olgaria C. F. **Paris 1968: as barricadas do desejo**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Coleção Primeiros Passos: Tudo é História, nº 9).

MOREIRA, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 5. ed. Trad. Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1989.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

QUATTROCHI, Angelo; NAIRN, Tom. **O começo do fim: França, maio de 68**. Trad. Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: Record, 1998.

RIBEIRO DO VALLE, Maria. **1968: o diálogo é a violência - movimento estudantil e ditadura militar no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1999.

ROVATTI, Pier Aldo. Prólogo. Em HELLER, Agnes. **Teoría de las necesidades en Marx**. Trad. Barcelona: Península, 1986, p. 05-18.

SAES, Décio. O Estado brasileiro pós-64 e a organização da hegemonia no seio do bloco no poder. Em: LARANJEIRA, Sônia (Org.). **Classes e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 67-79.

SANFELICE, José Luís. **Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964**. São Paulo: Alínea, 2017.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **Sobre greves e luto: "o Brasil está de luto. Porém, como dito em um cartaz, luto é verbo!"**. São Paulo: Boitempo, 2018. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2018/03/16/sobre-greves-e-luto/>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

referências